



Comunicado de Imprensa n.º 12/109 (P)  
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA  
28 de Março de 2012

Fundo Monetário Internacional  
Washington, D.C. 20431 EUA

**Conselho de Administração do FMI Conclui a Sexta e Última Avaliação do Acordo Stand-By (SBA) com Angola e Aprova Desembolso Final no Montante de US\$ 132,9 Milhões**

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu hoje a sexta e última avaliação do Acordo Stand-by (SBA) com Angola. A conclusão da avaliação significa a disponibilidade imediata do último desembolso, em montante equivalente a DSE 85,89 milhões (cerca de US\$ 132,9 milhões), com os desembolsos no âmbito do acordo perfazendo um total equivalente a DSE 858,99 milhões (cerca de US\$ 1,33 mil milhões), o que corresponde ao montante total aprovado em Novembro de 2009 (ver o [Comunicado de Imprensa n.º 09/425 \(P\)](#)).

Ao concluir a avaliação do Programa, o Conselho aprovou dispensas pelo descumprimento dos critérios de desempenho quantitativos do fim de Setembro de 2011 relativos às reservas internacionais líquidas do Banco Nacional de Angola (BNA), ao crédito interno líquido do BNA e ao crédito líquido do sistema bancário ao governo.

O programa de 27 meses, inicialmente previsto para chegar ao fim em Fevereiro de 2012, foi prorrogado em 8 de Fevereiro de 2012 para dar tempo a que fosse realizada a sexta e última avaliação do referido acordo (ver o [Comunicado de Imprensa n.º 12/42 \(P\)](#)).

Angola é membro do FMI desde 1989 e sua quota no Fundo é de DSE 286,3 milhões (cerca de US\$ 442,9 milhões).

O Subdirector-Geral e presidente em exercício do Conselho, Sr. Min Zhu, fez o seguinte pronunciamento ao término das discussões sobre Angola:

“Devemos louvar as autoridades angolanas pela conclusão com êxito do Acordo Stand-By e pela realização do seu objectivo de restaurar a estabilidade macroeconómica. Elas empreenderam um ajuste fiscal considerável, regularizaram volumosos pagamentos internos em atraso, voltaram a acumular reservas internacionais, estabilizaram a taxa de câmbio e reduziram a inflação.

Tomaram-se medidas decisivas para reforçar a responsabilização pelos gastos públicos e aumentar a previsibilidade das transferências das receitas petrolíferas. As autoridades começaram a eliminar gradualmente as operações quase-fiscais da Sonangol, a empresa petrolífera estatal, passando a incorporá-las ao orçamento, e criaram grupos de trabalho interinstitucionais para monitorar e reconciliar os fluxos de receita do petróleo para o Tesouro. Para além disso, estão a formular, com assistência técnica do Fundo, um cenário fiscal de médio prazo para melhorar a gestão das receitas petrolíferas e permitir a elevação dos investimentos públicos.

As autoridades estão a implementar reformas no seu quadro de política monetária. É prioritário reforçar a capacidade de supervisão do banco central para administrar cuidadosamente a implementação da nova lei cambial para o sector petrolífero. O sucesso dos esforços de desdolarização da economia dependerá da implementação sustentada de políticas macroeconómicas sólidas e da criação de instrumentos de poupança denominados em kwanza.

Para o futuro, as autoridades reconhecem a necessidade de sustentar o ímpeto das reformas, continuar a melhorar a governança a transparência e fortalecer o ambiente de negócios, a fim de assentar as bases para a diversificação da economia e o crescimento inclusivo.”